



MARXISMO E PSICANÁLISE: O ENCONTRO IMPOSSÍVEL¹

MARXISM AND PSYCHOANALYSIS: THE IMPOSSIBLE ENCOUNTER

Warren Montag²

Traduzido por Lucas Zafalon Garcia³

Nas últimas décadas, tanto o Marxismo como a Psicanálise experienciaram importantes crises e mutações internas. Nos dois casos, um dos pontos nodais de controvérsia tem sido a questão do sujeito (seja individual ou coletivo) especificamente em relação com os conceitos de ideologia e de inconsciente. Eu irei intervir nessa dupla controvérsia fazendo avançar uma tese: o sujeito não é meramente um elemento comum à ideologia e ao inconsciente, mas na verdade demarca a área em que os campos delimitados por esses conceitos se interseccionam. Falar em uma intersecção não é falar de um objeto comum fora e além das regiões discursivas circunscritas pelas disciplinas Materialismo Histórico (Marxismo) e Psicanálise, como uma totalidade (“realidade”) cuja aproximação teórica final apenas poderia ser o resultado de uma divisão conceitual do trabalho entre uma pluralidade de áreas do pensamento. Pelo contrário, é uma questão de determinar a relação entre dois “reais” distintos, aquele demonstrado pelo Materialismo Histórico e aquele demonstrado pela Psicanálise. Meu objetivo será descrever a forma precisa dessa intersecção, o modo como ela figura na “sutura” desta entidade instável, incompleta e heterogênea que chamamos de sujeito humano⁴.

No interior do Marxismo, as tentativas de repensar a composição do sujeito encontraram numerosos desvios e becos sem saída. Em particular, a teoria da constituição ideológica ou da interpelação de sujeitos inaugurada por Louis Althusser no ensaio “Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado” encontrou-se em um impasse ao lado de outras teorias (como, por exemplo, teorias do Poder ou do Discurso) que, embora devessem sua existência à obra de Althusser, contrapunham-se, em última análise, não apenas à noção de ideologia, mas

¹ O artigo foi publicado originalmente em inglês na *Minnesota Review*, número 23, em 1984.

² Doutor pela Claremont Graduate University (CGU). Professor de Literaturas Britânica e Europeia do século XVIII e Teoria Crítica Européia do século XX na Occidental College, Los Angeles, Califórnia (OXY). Editor da revista *Décalages* (OXY).

³ Doutorando em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Projeto de pesquisa “Loucura, raça, criminalidade: o alienismo no Brasil” (IL/UFRGS).

⁴ Três obras em particular contribuíram para a formulação de minha tese: Michel Pêcheux, *Language, Semantics and Ideology* (New York, 1982), Elisabeth Roudinesco, *Pour une Politique de la Psychanalyse* (Paris, 1977) e Paul Henry, *Le Mauvais Outil* (Paris, 1977).

ao próprio Marxismo⁵. Há muito tempo, a ideologia era vista como o “sonho da infraestrutura”, uma superestrutura de ideias enganosas, uma camada de falsa consciência que garantia que a classe trabalhadora continuasse involuntariamente reproduzindo as condições de sua própria exploração. Althusser e seus colaboradores argumentaram que essa concepção estava estruturada em torno de dois obstáculos teóricos que necessariamente evitam a emergência de um conceito propriamente materialista de ideologia: 1) a primazia do sujeito concebido como um centro epistemológico e como a origem de todo sentido, pensamento e atividade; 2) a teoria da representação segundo a qual uma realidade inerte e pré-dada é representada adequada ou inadequadamente de acordo com o eixo da ciência (conhecimento ou verdade) e da ideologia (falsa consciência, engano ou aparência). Como se sabe, Althusser desmontou o primeiro obstáculo realizando um deslocamento que não deixou de perturbar a “ordem das coisas”, ou seja, o regime hierarquicamente ordenado da filosofia burguesa clássica: ele destronou o sujeito substituindo-o pela categoria de “forma-sujeito”, que é um efeito de uma prática ideológica dada e não a causa da ideologia em geral. O segundo obstáculo, a teoria da ideologia como representação, deu lugar à afirmação de que ideologia é o nome de um conjunto de práticas que são totalmente objetivas e materiais e, portanto, irreduzíveis a algo “mais real” do que elas. Althusser postulou a existência de aparelhos ideológicos, isto é, arranjos institucionais (a família, a escola, a igreja, etc.) por meio dos quais práticas ideológicas em suas modalidades discursivas e não-discursivas são produzidas.

A tentativa de Althusser de desnaturalizar o sujeito teorizando-o como um efeito e não como uma causa ou origem da ideologia teve suas origens em um encontro muito breve entre Marxismo e Psicanálise cuja importância passou em grande parte não reconhecida e, portanto, não teorizada⁶. Foi, afinal, a escola psicanalítica de Jacques Lacan que realizou uma “subversão do sujeito” em nome de um “retorno a Freud”, vendo a noção de um ego unificado e autônomo como precisamente a forma de desconhecimento própria de um sujeito que é, no exato momento de sua emergência, irreconciliavelmente dividido contra si mesmo e incapaz, por sua natureza, de apreender sua própria divisão. Althusser “enxertou” a noção lacaniana do sujeito descentrado na nova teorização da ideologia sem pesar totalmente as consequências

⁵ Louis Althusser, “Ideology and Ideological State Apparatuses”, em *Lenin and Philosophy* (New York, 1971). Sobre a teoria do Poder, ver Michel Foucault, *Discipline and Punish* (New York, 1979) e *The History of Sexuality* (New York, 1980). A teoria do Discurso está associada a Paul Hirst, cuja crítica a Althusser pode ser encontrada em *On Law and Ideology* (Atlantic Highlands, 1979).

⁶ Mesmo o ensaio “Freud and Lacan” de Althusser, que constituiu uma intervenção teórica e política decisiva no tempo de seu aparecimento, diz muito pouco sobre a importância da Psicanálise para a teoria da ideologia. O ensaio pode ser encontrado em *Lenin and Philosophy*.

desse “empréstimo” teórico. Os campos da ideologia e do inconsciente estavam ligados principalmente por meio de uma analogia. Ambos foram considerados condições necessárias para qualquer sujeito (ou seja, tanto a ideologia como o inconsciente foram considerados “eternos”). Para além desse isomorfismo ou homologia de funções, no entanto, sua relação real foi deixada de forma não especificada⁷.

Michel Pêcheux apontou que a falha em compreender a articulação da ideologia com o inconsciente no processo de formação de sujeitos teve um sério impacto na teoria⁸. Resultou em um retorno involuntário (e, por essa razão, ainda mais grave) aos limites da dialética hegeliana, em que a contradição e o conflito podem apenas reafirmar e reproduzir uma Ordem última e absoluta. Pois como o próprio Althusser observa no pós-escrito de “Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado”, a tentativa de explicar a reprodução das relações de produção chegou perigosamente perto de excluir a possibilidade de entender as condições ideológicas de transformação dessas relações ou mesmo a luta (de classes) que impulsiona o processo conflituoso de reprodução/transformação das relações de produção. Tal como posta no ensaio de Althusser, a noção de interpelação está aberta ao equívoco que indica um esquema segundo o qual luta e revolta são praticamente impossíveis, com os aparelhos ideológicos funcionando como máquinas que reproduzem as condições de dominação interpelando indivíduos em sujeitos a fim de melhor controlar e dirigir suas atividades.

Essa leitura de Althusser, sem dúvida, contribuiu para o surgimento de teorias do “Poder” em que sujeitos são vistos como meras expressões do centro panóptico de uma totalidade social, cuja essência, ao mesmo tempo imanente e transcendente, é o Poder⁹. Althusser, prevendo a possibilidade (talvez mesmo a inevitabilidade) de tais leituras, procurou barrar seus caminhos ao afirmar que “o Estado e seus aparelhos apenas têm sentido do ponto de vista da luta de classes, como um aparelho da luta de classes assegurando a opressão de classe e garantindo as condições de exploração e sua reprodução. Mas não há luta de classes sem classes antagônicas. Quem diz luta de classes da classe dominante, diz resistência, revolta e luta de classes da classe dominada.”¹⁰ As palavras de Althusser, no entanto, apenas serviram como um adendo preventivo. Sozinhas, elas não foram suficientes para contrariar a tendência de imaginar uma dominação ideológica e social sem conflito ou resistência e, mais ainda, a tendência de entender o processo de interpelação ideológica como a produção de sujeitos sem

⁷ Além disso, o uso do conceito de Imaginário por Althusser é inadequadamente justificado e consequentemente está sujeito a más interpretações.

⁸ Pêcheux, *Language, Semantics and Ideology*, p. 104.

⁹ Ver Foucault, *Discipline and Punish*.

¹⁰ Althusser, *Lenin and Philosophy*, p. 184.

conflito e dóceis que obedientemente reproduzem as condições de sua própria subjugação. A irreduzível descentricidade, instabilidade e conflitualidade do sujeito interpelado foi deixado não teorizado.

Foi para responder a essa leitura de Althusser que Pêcheux, em seu *Semântica e Discurso*, abriu o caminho para um erro oposto e complementar. Como ele mesmo observa em seu “Pós-escrito para os leitores de língua inglesa”, ao tentar afastar uma “interpretação politicamente funcionalista dos Aparelhos Ideológicos de Estado”, ele chegou a “delinear o fantasma de um estranho sujeito materialista que efetua ‘a apropriação subjetiva da política do proletariado’”¹¹. Seus esforços para corrigir Althusser resultaram na produção de um “paradoxal sujeito da prática política do proletariado cuja simetria tendencial com o sujeito da prática política burguesa não era questionada”¹². Pêcheux tornou possível uma concepção de um sujeito interpelado que, uma vez colocado em movimento ou construído pelos mecanismos da ideologia, poderia outra vez se tornar a origem do dizer ou do sentido (“apropriação subjetiva”) ou o autor de atos. Em resumo, como o próprio Pêcheux admite (em uma autocrítica cujo rigor e honestidade são ainda mais notáveis nessa época de mestres teóricos que reconhecem a heterogeneidade irreduzível de todo texto exceto de seu próprio), ele levou “demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha”¹³. A subjetividade no sentido clássico se tornou o antídoto para a praga da sujeição total. O que estava faltando era uma teorização do “fato que o *non-sens* do inconsciente, em que a interpelação encontra onde se agarrar, *nunca é inteiramente* recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto, porque o tempo da produção e o do produto não são sucessivos como para o mito platônico, mas estão inscritos na simultaneidade de um batimento, de uma ‘pulsção’ pela qual o *non-sens* do inconsciente não para de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar.”¹⁴

Levar as observações de Pêcheux a sério é concluir que o Marxismo falhou em compreender suas relações complexas com o “real” definido pela Psicanálise, à custa de sua capacidade de entender o antagonismo irreduzível que marca o sujeito humano. A teoria materialista da ideologia apenas encontrará sua saída para esse impasse quando puder dar conta do processo pelo qual a interpelação encontra um ponto de ligação no inconsciente, isto

¹¹ Pêcheux, *Language, Semantics and Ideology*, p. 215 (todas traduções das citações dessa referência ao longo do artigo foram retiradas da edição brasileira, publicada pela editora da Unicamp - NT).

¹² Ibid.

¹³ Ibid., p. 216

¹⁴ Ibid., pp. 216-17.

é, apenas quando for capaz de compreender a unidade fundamental (não identidade) formada pelo entrelaçamento do sujeito do inconsciente chamado à existência pela linguagem e o sujeito interpelado pela ideologia. Ao mesmo tempo, é necessário entender que, enquanto esses processos são coextensivos e ligados (talvez até ponto por ponto), eles são distintos e diferentes. Confundir esses dois processos, vê-los como idênticos, seria cair de novo nos erros do freudo-marxismo de Reich, da Escola de Frankfurt e outros, assim como da “micropolítica” resolutamente anti-freudiana de Deleuze e Guattari. Pois o inconsciente não é político. Ele não “reflete”, “expressa” ou “incorpora” divisões sexuais ou de classe, nem, por sua vez, essas divisões “refletem” as estruturas do inconsciente.¹⁵

Ideologia e inconsciente são ambos plenamente reais e materiais. São irreduzíveis um ao outro ou a qualquer outra coisa fora deles mesmos. O sujeito, qualquer sujeito, passa a existir apenas no interior da configuração descrita pela conjunção desses dois campos. Para começar a entender a natureza precisa dessa configuração, podemos pegar emprestada uma metáfora topológica de Lacan: o nó borromeano. O nó borromeano consiste em três anéis ligados de tal forma que, se qualquer um dos anéis é removido ou desfeito, os dois restantes não estarão mais ligados. Com a ajuda dessa metáfora, Lacan estabeleceu uma relação de interdependência entre os registros do sujeito: o Simbólico, o Imaginário e o Real. Cada registro pressupõe os outros, uma relação que efetivamente exclui teorias do estágio de desenvolvimento ou da maturação. Ao mesmo tempo, é possível estender essa metáfora, na medida em que se pode ligar qualquer número de anéis de uma forma em que a remoção de qualquer um deles irá desfazer a cadeia inteira. A metáfora talvez nos permitirá descrever o nó no qual a ideologia e o inconsciente em suas complexidades específicas se unem para formar o sujeito humano.

Para descrever o nó específico do sujeito descrito pela Psicanálise, é necessário examinar brevemente o processo de diferenciação interno ao movimento psicanalítico. Não é de surpreender que no mundo de língua inglesa o encontro entre Marxismo e Psicanálise nunca chegou a acontecer¹⁶. Sob a hegemonia de uma psicologia do ego que, como nos diz

¹⁵ Roudinesco, *Pour une Politique de la Psychanalyse*, p. 55.

¹⁶ Certos autores tentaram na década passada usar Lacan para realizar a tão procurada síntese: notavelmente Rosalind Coward e John Ellis em *Language and Materialism* (London, 1997) e o ensaio de Fredric Jameson “Imaginary and Symbolic in Lacan”, *Yale French Studies* 55-56 (1977). Resumidamente, pode ser dito que ambos projetos falharam em compreender a conflitualidade específica da obra de Lacan e além disso tendem a se apoiar principalmente no primeiro Lacan. *Language and Materialism* relaciona uma Psicanálise estruturalista a um Marxismo estruturalista sem nunca refletir sobre a adequação das noções de “estrutura” ou “sistema”. Em contraste, Jameson tenta resgatar Lacan afirmando que o Real não é nada mais do que a própria história, isto é, a realidade pré-verbal à qual a linguagem se refere. Isso é na verdade uma leitura “impossível” - teríamos dificuldade de encontrar uma única afirmação em todo o *corpus* lacaniano para sustentar tal idéia.

Lacan, era um pouco mais do que um “poema sociológico do ego autônomo”, um movimento que tinha como seu objetivo terapêutico explícito a remodelação de seres humanos em “indivíduos livres responsáveis por suas próprias ações” em conformidade com os fundamentos teóricos dos sistemas jurídicos burgueses, a Psicanálise parecia ter pouco a oferecer ao Marxismo¹⁷. Mesmo as tentativas mais influentes de Marcuse, Adorno e outros associados a Escola de Frankfurt de alcançar uma síntese freudo-marxista estavam baseadas em um Freud que, não muitos anos depois, parecia ter sido “levado ao pé da letra”, isto é, um Freud que continuava estranhamente “não lido” e não teorizado¹⁸. Em particular, o conceito biologicista de “instinto” e o dilema que esse parecia nos impor (libertação vs. repressão, repressão (necessária) x mais-repressão, etc.), atravessado pela noção de “necessidades humanas” (e seu corolário, “natureza humana”, que não era com certeza a natureza humana referida por pensadores sociais conservadores, mas, na verdade, seu inverso), que formaram o núcleo teórico do humanismo radical dos anos 60¹⁹. Em oposição a uma psicologia do ego que demandava a adaptação do indivíduo a uma realidade social pré-dada, os freudo-marxistas lutaram exatamente pelo oposto: a adaptação da sociedade à realidade de uma natureza humana pré-dada, isto é, a construção de uma nova ordem que finalmente se adequaria ao substrato da essência humana como revelado pela Psicanálise. As versões mais recentes do humanismo freudo-marxista moderaram suas demandas, denunciando o projeto de refazer a sociedade de acordo com os ditames da natureza humana como “utópico” ou “hedonístico”²⁰. Agora, discute-se que a Psicanálise irá ao auxílio do Marxismo levando para ele uma consciência da inescapável dimensão “trágica” da existência humana (uma dimensão enraizada seja no instinto ou nas relações objetais).

Por trás das oscilações das versões psicanalíticas do humanismo radical, existe uma lacuna que, embora tenha sido “preenchida” com vários substitutos ou completamente foracluída do campo de visão conceitual, continua atormentando as tentativas de casar Marx e Freud. A lacuna: uma teoria materialista do sujeito. Assim como a Psicanálise Anglo-Americana se tornou uma psicologia do sujeito livre centrado no sistema percepção-consciência, o humanismo radical viu a ideologia como a falsa consciência de um

¹⁷ Jacques Lacan, *Écrits*, tradução de Alan Sheridan (New York, 1977), p. 171

¹⁸ Ver Herbert Marcuse, *Eros and Civilization* (New York, 1955) e Norman O. Brown, *Life Against Death* (New York, 1959).

¹⁹ Ver Russell Jacoby, *Social Amnesia* (Boston, 1975), um livro que está impregnado das próprias doutrinas que pretende atacar.

²⁰ Michael Rustin, "A Socialist Consideration of Heinian Psychoanalysis," *New Left Review* 131 (Jan.-Feb., 1982), p. 75.

sujeito enganado (mas, em última análise, livre) que, uma vez que fosse esclarecido, lutaria por seus próprios interesses. Em outras palavras, as tentativas de enriquecer o Marxismo e a Psicanálise estavam inevitavelmente marcadas pela adoção da categoria do sujeito livre e unificado “tal como ele é”, oriundo da ideologia dominante.

Paradoxalmente, foi justo a revolução teórica inaugurada por Freud que tornou possível o reconhecimento de que a concepção de sujeito como um centro e uma origem era um problema a ser resolvido, ou seja, um sintoma e não um ponto de partida teórico. Eu digo “tornou possível” porque esse reconhecimento não era de forma alguma um resultado *necessário* da prática psicanalítica, como a história de seu movimento demonstra²¹. Na verdade, a questão do sujeito é agora mais do que nunca o local de uma luta decisiva no interior do movimento psicanalítico em uma escala mundial, uma luta que irá determinar se a psicanálise funcionará abertamente ou não como um instrumento de repressão social ou como uma forma de entender a constituição do sujeito humano. A Psicanálise pode tanto funcionar como um garantidor teórico do mundo dos “indivíduos livres”, construído pelo conjunto das ideologias práticas, ou pode reconhecer que seu próprio status como uma forma de conhecimento depende da sua capacidade de “subverter o sujeito”, isto é, de efetuar um descentramento do mundo humano que, como Freud nos diz, é tão radical como a revolução teórica em que Copérnico banuiu a Terra de seu lugar no centro do universo²².

Podemos então dizer que o efeito de descentramento da revolução freudiana foi um “efeito diferido”, iniciado tardiamente apenas pelo trabalho metódico de uma leitura que procurou desde o princípio demonstrar as linhas de demarcação internas à obra de Freud. A divisão que separa o continente do inconsciente do “velho mundo” de seus antecedentes psicológicos não pode ser discernida na simples cronologia das publicações. A ruptura não ocorreu com a emergência da *Interpretação dos Sonhos* ou com a *Psicopatologia da Vida Cotidiana*. Em vez disso, ela atravessa o corpus freudiano inteiro²³. É o antagonismo que continua a dividir o campo da psicanálise hoje.

A cena psicanalítica internacional é dominada por aqueles que defendem a noção do sujeito humano como idêntico a si mesmo e centrado no sistema percepção-consciência cujo

²¹ Ver a admirável demonstração da heterogeneidade da teoria psicanalítica em *The Legend of Freud* (Minneapolis, 1982) de Samuel Weber. O livro, no entanto, é prejudicado pelo fracasso de Weber (seguindo Derrida) de conceder a Lacan a mesma conflitualidade irreduzível que ele encontra na obra de Freud. Assim, enquanto a obra de Freud é marcada pelo jogo das diferenças, o texto de Lacan é de alguma forma “controlado” por seus principais conceitos.

²² Sigmund Freud, “One of the Difficulties of Psychoanalysis” (1917) em *Collected Papers*, Vol. IV (New York, 1959).

²³ Ver Weber, *The Legend of Freud*.

agente é o ego. O inconsciente permanece simplesmente como um repositório pré-préconsciente de necessidades biológicas escondidas, um território desconhecido que deve ser explorado e reivindicado pelo ego como seu: “*Wo Es war, soll Ich werden.*” Tal “psicologia profunda” pode ser vista como a culminação do projeto cartesiano, uma prova estendida do primeiro princípio do sujeito autossuficiente: “penso, logo existo”. O objetivo terapêutico da análise é o fortalecimento de um ego “fraco”, permitindo assim ao sujeito fazer o que Freud descartou logo de início: tornar-se mestre de si mesmo²⁴.

Em oposição irreconciliável com essa tendência ainda dominante no pensamento psicanalítico, está a teoria lacaniana do sujeito dividido. Enquanto Freud viu a divisão (*Spaltung*) do sujeito como uma estratégia evasiva *possível* diante daquilo que o sujeito não pode assimilar (isto é, a falta do falo materno), Lacan postula um sujeito que é dividido no próprio momento de sua constituição²⁵. O sujeito apenas emerge do processo de *Urverdrängung* ou de repressão primária, um processo que Lacan chama de “divisão inaugural” de um sujeito que nunca foi inteiro²⁶. A própria noção de sujeito unitário e autossuficiente é a função de um desconhecimento necessário, isto é, um desconhecimento (adequado ao seu estado dividido) que protege o ego da realidade humilhante que é não dominar em sua própria casa²⁷. O ego pode apenas alcançar uma coincidência imaginária com aquele outro (*autre*) que parece ser a imagem espelhada de si mesmo, assim como não pode nunca, por definição, possuir o (sempre-já) objeto perdido (*object a*), o elemento faltante que completaria o conjunto ou preencheria a lacuna que o sujeito não pode “ver” em si mesmo, mas que, no entanto, o “conduz”: o desejo. Para que não sejamos tentados por uma desmoralização (frequentemente chamada pelo nome de “realismo”) que é historicamente determinada, mas que pode se vestir de um traje freudiano ou kleiniano para melhor “atuar” um retorno à “natureza” (humana ou não), devemos lembrar que a divisão do sujeito não é simplesmente a fonte de suas tristezas, mas também a condição de suas “satisfações”, isto é, de sua *jouissance*²⁸.

Para Lacan, a frase “*Wo Es war, soll Ich werden*” não expressa um objetivo terapêutico da análise (a saber, tornar consciente o inconsciente), na medida em que articula, na forma de

²⁴ Freud, “One of the Difficulties of Psychoanalysis.”

²⁵ Freud, “The Splitting of the Ego in the Defensive Process,” em *Collected Papers*, Vol. V, e Lacan, “The Subversion of the Subject and the Dialectic of Desire in the Freudian unconscious”, em *Écrits*.

²⁶ Ver Lacan, “Position de L’Inconscient,” em *Écrits* (Paris, 1966).

²⁷ Freud, *Collected Papers*, Vol. IV, p. 355.

²⁸ Ver “Division et Jouissance,” *Scilicet* 6/7 (1976).

um imperativo ético, a oscilação contínua de um sujeito que nunca coincide consigo mesmo, um “Eu” (*Je*) constantemente impelido em direção à falta que é o lugar de onde isso (o id, *Ça*) fala. O “Eu” (*Je*) só pode advir onde isso estava e nunca onde isso está. O “Eu” (*Je*) sempre chega ao lugar de seu outro/objeto (*objet a*) imaginário apenas para descobrir que a lacuna que marca a causa de seu desejo se fechou sobre si mesma, abrindo novamente onde o “Eu” (*Je*) deixou de existir. Reconhecemos neste movimento não apenas a regularidade de uma pulsação, mas também o automatismo de uma compulsão. Lacan sugere que tal concepção de sujeito nos obriga a reescrever o princípio fundador de Descartes desta forma: “Eu penso: logo existo”, uma formulação que nos permite ver que a certeza do sujeito sobre si mesmo é formulada ao nível do Imaginário, função da repetição incessante do *Cogito:ergo*, o ato pelo qual o sujeito pensa sua própria determinação²⁹.

A noção da divisão irredutível do sujeito do inconsciente fornece uma correção ao conceito do sujeito ideologicamente constituído, ao mostrar que a unidade do sujeito interpelado é sempre faltante, ou melhor, sempre-já surgiu no nível do Imaginário a partir da própria falta que determina a divisão do sujeito. A unidade do sujeito é um efeito necessário de uma cisão originária. Desde o próprio momento de sua constituição, o sujeito descentrado se declara um centro e uma origem enquanto na própria proclamação há “algo que falha”: os deslocamentos, as lacunas e os tropeços em que o discurso do Outro pode ser escutado³⁰. Ao nos assegurar de sua unidade, o sujeito não pode evitar revelar a sua divisão. Assim, o sujeito, por definição dividido contra si mesmo, nunca pode ser inteiramente “submetido” ao Poder ou à ideologia, pois sempre há um resto que escapa ao processo de sujeição ideológica e, escapando desse processo, retorna incessantemente para se opor a ele. Não há dominação ou sujeição total porque não há sujeito que seria, em sua totalidade, suscetível à interpelação da ideologia. Luta, resistência e oposição não são apenas possíveis: são os efeitos necessários da divisão do sujeito. Portanto, a produção do sujeito é sempre a produção de um antagonismo que nunca é obliterado ou resolvido³¹.

Ao mesmo tempo, falar do sujeito dividido é excluir qualquer possibilidade de desvinculação total do sujeito ou dos sujeitos da sujeição ideológica. O sujeito nunca poderá funcionar como um centro (construído) de atos e iniciativas. Não há espaço fora ou além da ideologia que possa ser o lugar da Ciência ou do Materialismo. A luta contra a ideologia é

²⁹ Ver Lacan, “La Science et la Vérité,” em *Écrits*.

³⁰ Lacan, *The Four Fundamental Concepts of Psychoanalysis* (New York, 1978), p. 214.

³¹ Ver Pêcheux, “The French Political Winter: Beginning of a Rectification”, em *Language, Semantics and Ideology*.

interna à ideologia, pois a ideologia “não tem exterior”. Ela é um conjunto de “espaços paradoxais” que nunca são conquistados de uma vez por todas³². A incapacidade de compreender o caráter heterogêneo da ideologia, assim como dos sujeitos que ela interpela, teve consequências desastrosas para o movimento internacional dos trabalhadores. Nós sabemos muito bem onde levaram as tentativas de construir “fortalezas proletárias” (socialismo em um só país). Da mesma forma, não há necessidade de recontar os crimes cometidos em nome da “Ciência Proletária” ou da “Cultura Proletária”. *Les non-dupes errent!*³³

Não é suficiente, no entanto, falar de um sujeito dividido se nós buscamos compreender a conjunção específica da ideologia e do inconsciente. O famoso ensaio de Lacan sobre o “estádio do espelho” infelizmente deu origem a várias teorias “fenomenológicas” segundo as quais o estágio do espelho constitui um drama especular e binário em que o “self” e o seu outro (ou seu duplo) estão mutuamente condenados a perseguirem-se para sempre. O sujeito que emergiu da prática da Psicanálise não pode ser confinado pela estrutura de oposições binárias: mestre e escravo, self e outro, masculino e feminino, etc. O Um não se divide simetricamente em dois. Pois, no reino dos números, o número dois pertence propriamente a um conjunto composto de três elementos (0, 1, 2), o zero sendo uma pressuposição necessária à existência do número um, que é logicamente anterior ao número dois. Assim, segundo Lacan, o sujeito sempre faz três, um número particularmente inconveniente (“dois é bom, três é demais”), que não pode ser facilmente integrado na dialética especular ou em sistemas binários em geral. Não há relação especular entre o sujeito (que não é a mesma coisa que o “self”) e seu outro imaginário, exceto por meio de um terceiro termo, o Outro simbólico, que marca a falta que o sujeito passa a ocupar, o zero, por assim dizer, que precede o um³⁴.

O sujeito “faz três”, um fato que nos traz de volta ao nó borromeano formado pela conjunção do Simbólico, do Imaginário e do Real. Lacan argumentou, desde o início de seu empreendimento teórico, que o Inconsciente existe através dos efeitos da linguagem e que as três ordens apenas podem ser entendidas em relação com o campo descrito pela linguística.

³² Pêcheux, "L'Idéologie: Citadelle ou Espace Paradoxal?"

³³ "Les Non-Dupes Errent" é o título do *Le Séminaire, Livre XXI* de Lacan. Pode ser traduzido aproximadamente por “Os não-tolos erram”. É um homônimo de “les Noms du Père” (Nomes-do-Pai). Essa confusão de som e sentido ressalta o fato que o Mestre e sua Lei são sempre “enganados”. Para uma crítica da ideia de Cultura Proletária ver Leon Trotsky's "Culture and the Soviet Bureaucracy" em *Leon Trotsky on Literature and Art*, ed. Paul N. Siegel (New York, 1970). Ver também Dominique Lecourt, *Proletarian Science!* (London, 1977).

³⁴ Ver Jacques-Alain Miller, "Suture," *Screen* (Winter 1977/78).

Foi através da referência à linguagem que Lacan distinguiu o inconsciente freudiano do inconsciente dos sociólogos, antropólogos e psicólogos. As aquisições da linguística moderna permitiram-lhe separar o desejo do instinto e demonstrar que a Psicanálise e a Biologia constituem campos separados, cujo desenvolvimento está destinado a permanecer assintótico, compartilhando apenas a fronteira que os separa. Por essa mesma razão, a precariedade da linguística moderna, equilibrada entre as ciências sociais e “exatas” e atravessada por uma série de antagonismos teóricos em que a natureza do próprio objeto de conhecimento é disputada, fez-se sentir no interior da Psicanálise. Os efeitos dessa controvérsia podem ser observados no itinerário do conceito de linguagem no pensamento de Lacan.

Existem duas fórmulas cuja recorrência na obra de Lacan dissimula uma continuidade que na realidade está faltando: “a linguagem é a condição do inconsciente” e “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”. Nos anos cinquenta e sessenta, essas fórmulas pareciam codificar a concepção de linguagem associada com os fenômenos do estruturalismo e da semiótica. A linguagem era considerada um sistema sem um sujeito, ou melhor, um sistema em que o sujeito não é mais a origem do dizer, mas sim um mero efeito de uma ordem de combinações ou transformações. Tanto a Linguística Estrutural como a Gramática Gerativa Transformacional pareciam realizar uma subversão do sujeito. A oposição hierárquica entre *língua* e *fala* de um lado e entre competência e performance de outro estava baseada em uma divisão da linguagem em uma sistematicidade necessária e essencial que constituía o objeto próprio da investigação linguística e o sempre imperfeito “uso” desse sistema que poderia ser remetido ao reino do acidental e do contingente³⁵. O sujeito funciona como uma origem do sentido apenas enquanto está submetido às leis de estruturas profundas, às regras pelas quais essas “formas” foram transformadas em suas manifestações de superfície (cujos equívocos ou ambiguidades sempre foram apenas aparentes). Assim, o sujeito foi subvertido em nome de uma sistematicidade ideal, de uma teleologia estrutural que nunca falhou em impor um sentido unívoco mesmo aos enunciados mais complexos. O real da língua parecia residir naquilo que assegurava o Mesmo e o Idêntico, naquilo que fazia um. A linguagem era vista como uma Ordem em que todo elemento retornava ao seu devido lugar e em que uma constante produção de identidades se desdobrava no reino do Mesmo.

Uma teoria do inconsciente foi construída na sombra do estruturalismo. Dizia-se que o inconsciente era uma “estrutura” como a linguagem, na medida em que também consistia em regras e leis às quais o sujeito se submetia constantemente sem nunca estar ciente de sua

³⁵ Ver Françoise Gadet e Michel Pêcheux, *La Langue Introuvable* (Paris, 1981).

submissão. De acordo com tal concepção, o Simbólico era o reino de uma lei que parecia reforçar uma homologia entre linguagem e estruturas de parentesco, permitindo certas combinações e proibindo outras. A lei do Simbólico não criou sujeitos, mas os despedaçou. Pois foi na e segundo à ordem da linguagem que ocorreu a divisão do sujeito. Ao significante, isto é, a qualquer nome próprio de um ser humano, corresponde uma divisão que é sinalizada pelo eixo gramatical do “Eu” (*Je*) e do “eu” (*moi*). Essa dialética parecia fornecer uma base linguística para a leitura especular do estádio do espelho. A exclamação do sujeito diante da imagem espelhada de si mesmo (“esse sou eu”) expressava a luta (embora uma luta que nunca poderia terminar em morte) entre o Mestre e o Escravo, isto é, entre o eu e o eu-como-outro-do-eu. Essa divisão simbólica por sua vez deu origem ao Imaginário que nunca cessou de tentar “curar” uma divisão que sempre existiu, instalando uma série interminável de identificações com um “outro” elusivo. Esse outro sempre se mostrou, em última análise, elusivo porque nada mais era do que um substituto para o Outro, cuja função era conceder ao sujeito a ilusão “necessária” de sua identidade. A ausência estrutural, cujo desconhecimento era necessário para o funcionamento da estrutura, era finalmente fundada na “falta da falta”, isto é, o Real. O circuito interrompido da tentativa do sujeito de se apreender era, por sua vez, uma função do circuito sempre completo do real, “o que retorna sempre ao mesmo lugar - a esse lugar onde o sujeito, na medida em que ele cogita, onde a *res cogitans*, não o encontra.”³⁶

A explicação estruturalista das três ordens do inconsciente fez a “desordem” do sujeito uma função de uma Ordem maior, de um sistema em que a diferença era um mero efeito do eterno retorno do Mesmo, ou seja, o Real. O modelo de linguagem fornecido pela Linguística Estrutural possibilitou que Lacan rompesse com o biologicismo que marcava os esforços de Freud (para não mencionar o de seus sucessores), assim como com a teoria idealista do ego autônomo como origem e centro. No final dos anos sessenta, no entanto, esse modelo não parecia mais explicar o que a prática analítica encontrava. Por muitos anos, a linguística parecia fornecer os meios pelos quais uma teoria adequada às descobertas de Freud poderia ser construída, mas agora a proposição foi invertida: “o que é a língua se a psicanálise existe?”³⁷. O conceito de linguagem como uma Ordem que assegurava a repetição do Mesmo e que, em última instância, “fazia Um” parecia cada vez mais uma descrição improvável e

³⁶ Lacan, *The Four Fundamental Concepts of Psychoanalysis*, p. 167. (todas traduções das citações dessa referência ao longo do artigo foram retiradas da edição brasileira, publicada pela editora Zahar - NT).

³⁷ Jean-Claude Milner, *L'Amour de la Langue* (Paris, 1978), p. 25.

inadequada da “condição do inconsciente”. A Psicanálise Lacaniana finalmente tinha subvertido o próprio edifício teórico que a tornou possível. Em algum momento, o “real” da língua parecia ser Ordem, Identidade e Estrutura, mas gradualmente esse real começou a aparecer como desordem irreduzível, não mais um sistema de comunicação que poderia não falhar em transmitir sentido, mas sim uma decomposição interminável do sentido em *non-sense*, um repositório de compromissos perdidos e “cartas mortas”. A linguagem agora parecia ser um domínio em que a comunicação era impossível, desde que comunicação fosse entendida como a transmissão de sentidos unívocos entre um remetente e um destinatário. Era agora o local de ambiguidades que não eram meros efeitos de superfície a serem explicados referindo-se a estruturas profundas³⁸.

“O Real é o impossível”, isto é, a impossibilidade da comunicação, da transmissão de intenções, da repetição indiferenciada³⁹. Isso não é dizer, é claro, que a linguagem não “funciona”. A linguagem funciona, mas seu funcionamento não tem nada a ver com a comunicação e com a repetição. *Isso* fala e *isso* escreve assim como a chuva cai ou o dilúvio vem. A Psicanálise mostrou que “pensar” é possível sem o “Eu penso”⁴⁰. A divisão do sujeito através de sua sujeição ao Outro simbólico no campo da linguagem não é o resultado do eixo gramatical do sujeito e do objeto. Em vez disso, o sujeito é sempre-já dividido porque a linguagem nunca é idêntica a si mesma, porque nada na linguagem retorna ao mesmo lugar sem “retornar” também em outro lugar. O inconsciente emerge do ponto em que a repetibilidade ou iterabilidade da linguagem produz equivocidade em vez de univocidade. Em toda língua há “um registro que a fada ao equívoco”, à desestratificação e à confusão interminável do som e do sentido⁴¹. Lacan chamou esse registro de “*lalangue*”, identificando-o como o conceito que, mais do que qualquer outro, distingue sua obra do projeto estruturalista⁴². *Lalangue* perturba e decompõe incessantemente a “unicidade” da linguagem. É o que escapa à comunicação, o resto irreduzível cujo retorno só pode perturbar a transmissão do sentido. É precisamente a irrupção constante do equívoco na linguagem que exclui a possibilidade do sujeito auto-idêntico: “o sujeito como tal está na incerteza em razão de ser dividido pelo efeito da linguagem. Pelo efeito de fala, o sujeito se realiza sempre no

³⁸ Ibid.

³⁹ Ver Lacan, *The Four Fundamental Concepts of Psychoanalysis*, p. 167.

⁴⁰ Elisabeth Roudinesco, *Un Discours au Réel* (Paris, 1973), p. 100.

⁴¹ Milner, *L'Amour de la Langue*, p. 22. (todas traduções das citações dessa referência ao longo do artigo foram retiradas da edição brasileira, publicada pela editora da Unicamp - NT).

⁴² Lacan, *Le Séminaire, Livre XX: Encore* (Paris, 1975), p. 93. Além disso, ver Jacques-Alain Miller, “Théorie de *Lalangue*”, *Ornicar* 1 (Jan., 1975), assim como a obra de Jean-Claude Milner. Para uma análise crítica do conceito de “*lalangue*”, ver Gadet e Pêchuex, *La Langue Introuvable*.

Outro, mas ele aí já não persegue mais que uma metade de si mesmo. Ele só achará seu desejo sempre mais dividido, pulverizado, na destacável metonímia da fala.”⁴³ Precisamos apenas pensar no infeliz fetichista de Freud, preso na oscilação de um homônimo que foi apreendido pelo desejo e obrigado a retornar sem parar contra si mesmo. Ele não pode deixar de cair repetidamente no abismo da enunciação sempre ausente da vontade de “olhar” para o “nariz”, um abismo que poderia ser temporariamente, mas sempre inadequadamente, atravessado pela visão de um “brilho” (*Glanz*) no nariz de uma mulher⁴⁴.

A perturbação da sistematicidade, por sua vez, mina qualquer tendência ao “falocentrismo” na obra de Lacan. Alguns leitores extraíram de seus primeiros escritos a noção de um universo discursivo centrado no masculino (definido como tal em virtude de um de seus atributos ou propriedades), isto é, um mundo que funcionava segundo a posse ou a não posse do falo. Essa leitura reproduziu a antiga posição hierárquica entre mente e matéria, na medida em que pressupunha uma representação psíquica do físico e concedia uma efetividade à anatomia. O Simbólico não era então um sistema de distribuição dos significantes, mas sim de representações ou signos, um sistema diferente, mas, em “última instância”, governado pela realidade do corpo. Tal leitura era, sem dúvida, encorajada pelo flerte de Lacan com a ideia de uma “amarração” ou “fixação” da ordem significativa a um real físico (os famosos “*points de capiton*”)⁴⁵. Os *points de capiton* constituíram um *deus ex machina* teórico que tinham uma estranha semelhança com a glândula pineal da filosofia cartesiana. Pois, assim como a glândula pineal era um artifício concebido para afastar a ideia ameaçadora do caráter autônomo do corpo, os *points de caption* marcaram a última resistência de Lacan à ideia do caráter material (ou seja, irreduzível) da Ordem Simbólica. Uma vez que esse obstáculo teórico foi evitado, o falo não era mais o significante mestre privilegiado por sua suposta semelhança com o órgão túrgido da transmissão geracional, mas, sim, simplesmente o nome do significante de uma falta comum a ambos os sexos, isto é, a “falta-a-ser” (*manque à être*) própria a qualquer sujeito⁴⁶.

O Simbólico é o momento do *Urvedrängung*, isto é, da “repressão primária” (Freud) ou da “divisão inaugural” (Lacan), em que a inabilidade do sujeito de se apreender, de se ver ou de se conhecer é arbitrada pelo Outro. O “algoritmo” lacaniano S(A) expressa o fato de

⁴³ Lacan, *The Four Fundamental Concepts of Psychoanalysis*, p. 188.

⁴⁴ Freud, “Fetishism” (1927), *Collected Papers*, Vol. V.

⁴⁵ Ver Lacan, *The Agency of the Letter in the Unconscious*, em *Écrits*.

⁴⁶ Sobre as complexidades do falo lacaniano, ver Jane Gallop, *The Daughter's Seduction* (Ithaca, 1982).

que a emergência do Outro simbólico é exatamente contemporânea da instalação de uma falta ou buraco no sujeito S(A), através do qual o sujeito retorna incessantemente em busca de si mesmo. “O efeito da linguagem está o tempo todo misturado com o fato, que é o fundo da experiência analítica, de que o sujeito só é sujeito por ser assujeitado ao campo do Outro”⁴⁷. A sujeição do sujeito ao campo do Outro, ao Simbólico, é sua sujeição à linguagem ou, mais precisamente, a certos “efeitos da linguagem”, ou seja, àquele registro pelo qual a linguagem está condenada ao equívoco: *lalangue*. Trabalhando através dos subterfúgios de *lalangue*, o Simbólico divide, dissocia e diferencia. É o nível em que nada é idêntico a si mesmo, em que tudo é dividido em “uns” sem nunca serem somados para obter o Um definitivo⁴⁸.

A divisão simbólica do sujeito através da qual o Outro passa a existir também produz um resto imaginário: o *objet a*. A falta simbólica através da qual o sujeito descobre-se não-idêntico a si mesmo, mas, sim, incompleto dá origem ao desejo de se completar ou de se recuperar. Em termos psicanalíticos, esse desejo pode ter dois resultados possíveis, identificação ou escolha de objeto segundo o eixo de ser ou ter o elemento faltante, o *objeto a*⁴⁹. O movimento pelo qual o sujeito busca sempre apreender precisamente a unidade que está faltando é o mesmo movimento que dá origem à afirmação de que o sujeito é um centro-origem do pensamento, do dizer e dos atos. O Imaginário é o “efeito de unidade” da divisão simbólica. O Outro nunca está presente ao sujeito exceto na forma de uma falta; por isso, a fórmula S(A). Essa falta, por sua vez, é a condição de qualquer identificação ou escolha de objeto (por exemplo, o Estádio do Espelho), mas nunca é “preenchida” por qualquer um dos objetos imaginários que o sujeito deseja (ter ou ser). Disso segue a repetição própria ao sujeito dividido. O desejo de ser inteiro outra vez sempre irrompe novamente às margens de uma satisfação ou *jouissance* que nunca é suficiente, resultando na demanda que combina os elementos de realização e repetição: *encore!*⁵⁰

O Real que é demonstrado pela Psicanálise é aquele com que o sujeito “rompe” na tentativa simbolicamente determinada de alcançar unidade imaginária. O Real do inconsciente está relacionado com o real da língua na medida em que é “impossível dizer”, isto é, no sentido em que é impossível dizer alguma coisa sem dizer também outra coisa⁵¹. O real é o resto que não se esgota nem se supera no ato da comunicação. Ele “resiste à significação” não porque está além do dizer e, portanto, também além do conhecimento, como a coisa-em-si

⁴⁷ Lacan, *The Four Fundamental Concepts of Psychoanalysis*, p. 188.

⁴⁸ Ver Milner, *Les Noms Indistincts*.

⁴⁹ Ver "Le Clivage du Sujet et Son Identification," *Scilicet* 2/3 (1970).

⁵⁰ "Encore é o nome próprio dessa fissura no Outro de onde provém a demanda de amor", Lacan, *Encore*, p. 11.

⁵¹ Ver Gadet e Pêcheux, *La Langue Introuvable*.

kantiana. Em vez disso, o real resiste à significação porque ele resiste e subverte a transmissão de sentidos unívocos. A impossibilidade da estabilidade semântica e da univocidade é a condição do sujeito dividido e, portanto, é também a condição do inconsciente.

As implicações do sujeito designado pela conjunção das três ordens para uma concepção materialista de ideologia não são difíceis de visualizar. Não há nada mais que possa corresponder a uma origem (do dizer ou da ação) ou a um centro de percepção, experiência ou consciência. O sujeito não “possui” ideias verdadeiras ou falsas; menos ainda ele age com base nessas ideias. Na verdade, o sujeito dividido não pensa nada, ele é pensado; não fala, ele é falado; não age, ele é agido. Isso pensa através do sujeito que deve tentar “suportar o que venha a ser pensado”⁵². O sujeito “erra” não porque é enganado por um véu de ilusão chamado ideologia, mas porque é irreduzivelmente dividido contra si mesmo. Os desconhecimentos imaginários do sujeito são efeitos de sua divisão simbólica e não causas de ações, que, propriamente falando, não são nem mesmo as do sujeito. As afirmações de unidade e auto-identidade (por exemplo, *cogito ergo sum*), com as quais a história da filosofia está repleta, são sintomáticas, isto é, são dirigidas a um Outro cuja existência nunca é reconhecida, a uma falta que o sujeito “conhece” apenas na forma de desejo.

Seria um erro teorizar a importância do sujeito dividido instituindo uma ordem de gênese ou sucessão entre o inconsciente e a ideologia, como conceber um sujeito do inconsciente que existiria antes da ideologia ou um “sujeito dividido” pré-existente que apenas seria “tomado” ou interpelado pela ideologia. Tal concepção nos levaria de volta às formas mais vulgares do freudo-marxismo que dividem o mundo em seus domínios subjetivo e objetivo a serem conhecidos respectivamente pela Psicanálise e pelo Marxismo. Pois, ao contrário, insistir no caráter “eterno” ou omni-histórico tanto da ideologia como do inconsciente é instituir uma relação “borromeana” entre os elementos que compõem os dois registros, isto é, cada um pressupõe o outro.

O momento da *Urverdrängung* ou repressão primária é contemporâneo do momento da sujeição ideológica. A conjunção desses dois momentos marcam a constituição do sempre-já sujeito dividido. Assim como a divisão do sujeito no Simbólico é uma consequência do fato de que uma língua nunca é idêntica a si mesma, o sujeito interpelado pelo conjunto das práticas ideológicas carrega a marca de um antagonismo (luta de classes) que é constitutivo da ideologia em geral e que, por sua vez, é “reproduzido” por ele de

⁵² Pêcheux, *Language, Semantics and Ideology*, p. 220.

diferentes formas. O sujeito é *interpelado* pela ideologia como um todo natural, pré-dado e unificado enquanto é *produzido* por ela como um ponto nodal instável que é um pouco mais do que um acúmulo de contradições. O processo de interpelação busca justamente a “identidade” do sujeito “garantida” pelo funcionamento do Imaginário a fim de, por sua vez, fornecer o suporte material dessa identidade ao fornecer suas credenciais legais, políticas e sociais.

A unidade imaginária do sujeito é feita para funcionar pela ideologia no processo de reprodução das relações capitalistas de produção. É o registro imaginário que permite ao indivíduo se “reconhecer” como livre e autônomo no “espelho” da ideologia. Ao mesmo tempo, o Imaginário é ele mesmo definido, isto é, delimitado por um “impossível” próprio, uma fronteira interna que ele atravessa apenas em virtude de deixar de ser ele mesmo. O nome dessa impossibilidade é o Real. É a impossibilidade de alcançar a identificação final que completaria o ciclo da auto-certeza do sujeito, a impossibilidade de possuir o objeto perdido que o faria inteiro novamente. *Isso* fala através do espaço dessa dupla falta, assim como *isso* retorna incessantemente na forma de deslizes, lacunas e disfunções. Como Pêcheux apontou, o retorno do recalco, o discurso do Outro que interrompe a Ordem das Coisas, não é em si mesmo a base da revolta contra essa Ordem. Mas a impossibilidade definida pelo real chama nossa atenção para o fato de que o sujeito é constituído ou construído por meio de uma identificação que nunca é alcançada e, assim, é suscetível a uma desconstituição ou a uma “desidentificação” que, por sua vez, permite novas formas de interpelação e, portanto, também permite novas formas-sujeito além do indivíduo. “Afinal, nós sabemos, nós que não temos religião, nem mesmo a religião de nossa teoria, menos ainda a dos objetivos da história, que a luta de classes nunca é transparente e que o proletariado, que luta sua própria luta de classes, diferente da luta da burguesia, não é transparente para si mesmo, uma classe composta, sempre empenhada em forjar sua unidade”⁵³. A prática política dos oprimidos e explorados em sua luta contra a classe dominante inevitavelmente leva à criação, em determinados momentos, de novas instituições ou aparelhos que são, por sua própria natureza, terrenos desfavoráveis para a burguesia. Essas “contra-instituições” (por exemplo, sindicatos, partidos políticos, conselhos de trabalhadores que, como a história mostra, nunca estão fora ou além da luta de classes, mas, ao contrário, são locais de conflito intenso) interpelam sujeitos em formas diferentes daquelas exigidas pelas instituições da classe dominante. O real da ideologia é a impossibilidade da dominação sem revolta. É, portanto, uma impossibilidade

⁵³ Louis Althusser, "Introduction: Unfinished History," em Dominique Lecourt, *Proletarian Science?*

ligada a uma necessidade, a de resistência. Essa necessidade, por sua vez, abre o espaço para uma possibilidade: a revolução socialista.

Recebido em: 05/12/2025; **Aceito em:** 15/12/2025.